



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
PRIMEIRA CÂMARA

Processo n.º : 10469.001286/94-51  
Recurso n.º : 116.592 – EX - OFFICIO  
Matéria: : IRPJ – EX: DE 1992  
Recorrente : DRJ EM RECIFE – PE.  
Interessada : S/A . FIAÇÃO BORBOREMA  
Sessão de : 22 de setembro de 1998  
Acórdão n.º : 101-92.293

RECURSO “EX-OFFICIO” – Tendo o julgador “a quo” no julgamento do presente litígio, aplicado corretamente a lei às questões submetidas à sua apreciação nega-se provimento ao recurso oficial.

Recurso de ofício negado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso de ofício interposto pelo DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DE JULGAMENTO EM RECIFE – PE.

ACORDAM os Membros da Primeira Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso de ofício, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

EDISON PEREIRA RODRIGUES  
PRESIDENTE

Francisco de Assis Miranda

Francisco de Assis Miranda

FRANCISCO DE ASSIS MIRANDA  
RELATOR

FORMALIZADO EM: 19 OUT 1998

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros: KAZUKI SHIOBARA, RAUL PIMENTEL, CELSO ALVES FEITOSA e SEBASTIÃO RODRIGUES CABRAL. Ausente, justificadamente os Conselheiros JEZER DE OLIVEIRA CÂNDIDO e SANDRA MARIA FARONI.

Recurso n.º : 116.592  
Recorrente : DRJ EM RECIFE – PE.

## RELATÓRIO

O Delegado da Receita Federal de Julgamento em Recife – PE., recorre a este Conselho, de sua decisão nr. 1072/97, de 27.10.97, que julgou procedente, em parte, a ação fiscal instaurada contra S.A. FIAÇÃO BORBOREMA, através do processo nr. 10469.001286/94-51.

No referido processo foram lavrados Autos de Infração relativos ao IRPJ, Imposto de Renda na Fonte ~~s/~~ o Lucro Líquido e Contribuição social s/ o Lucro, em virtude de haver a aludida empresa, excluído, indevidamente, e em desacordo com os ditames da Lei 8.200/91 c/c o Decreto nr. 332/91, na apuração do lucro líquido e, por consequência, na determinação do lucro real e das base de cálculo da Contribuição Social s/ o Lucro Líquido e do Imposto de Renda na Fonte incidente ~~s/~~ o lucro líquido do exercício de 1992, ano-base de 1991, o valor total correspondente à diferença de correção monetária IPC/BTNF, relativa à depreciação e amortização de custos de bens do ativo, aos ajustes de estoques e à apropriação de custos de fabricação, cujos respectivos valores foram computados na declaração de rendimentos do exercício de 1992 nos seguintes itens: quadro 13 – linha 19; quadro 11 – linha 13 e quadro 12, linha 53.

O deferimento parcial foi para afastar a exigência fiscal face à isenção do IRPJ de que goza a recorrente, e frente ao disposto na IN 62/92, os valores considerados como adicionados ao lucro real, deveriam, igualmente, adicionados na apuração do lucro da exploração, no intuito de ser evitada qualquer influencia na apuração do Imposto de Renda do respectivo período, não existindo, assim, qualquer reflexo fiscal. Daí o cancelamento da exigência do recolhimento do IRPJ.



No tocante ao Imposto de Renda sobre o Lucro Líquido (ILL), por igual, a exigência foi cancelada, por força do disposto na IN 63/97, que, em seu art. 1º, vedou a constituição de créditos da Fazenda Nacional, relativamente a Imposto de Renda na Fonte s/ o Lucro Líquido, de que trata o art. 35 da Lei 7.713, de 22.12.88, relativamente às sociedades por ações.

Foi mantida a autuação relativa a CSSL, ante a inexistência de dispositivo legal que possibilite qualquer ajustamento da respectiva base de cálculo. Reduzida a multa de lançamento "ex-offício" para 75%, por força do disposto no art. 44 da Lei nr. 9.430/96.

É o Relatório.  
*FML*

## V O T O

Conselheiro FRANCISCO DE ASSIS MIRANDA, Relator

O recurso de ofício foi interposto nos termos do art. 34, inciso I do Decreto nr. 70.235/72, com a nova redação dada pelo art. 1º da Lei nr. 8.748/93, e dele tomo conhecimento, uma vez que o valor total exonerado excede o limite de alçada estabelecido pela Portaria nr. 333, de 11.12.97.

A decisão recorrida não merece reparos, na medida em que afastou a exigência do IRPJ, eis que se tratando de empresa que goza de isenção e face o disposto na Instrução Normativa nr. 62/92, os valores considerados como adicionados ao lucro real, também deveriam ser adicionados na apuração do lucro da exploração, evitando assim qualquer influência na apuração do imposto de renda do respectivo período, sem qualquer reflexo fiscal.

Relativamente ao I.R. Fonte s/ o lucro líquido, a exigência, por igual mereceu o devido cancelamento, por força do disposto no art. 1º da IN nr. 63/97, que vedou a constituição de créditos da Fazenda Nacional relativo ao I.R. Fonte s/ o lucro líquido de que trata o art. 35 da Lei nr. 7.713/88, relativamente às sociedades por ações.

A multa de 100% do lançamento "ex-offício" foi reduzida para 75% por força do que dispõe o art. 44 da Lei nr. 9.430/98.



Nessas condições, o meu voto é pela negativa de provimento do recurso "ex-officio".

Sala das Sessões - DF, em 22 de setembro de 1998

  
FRANCISCO DE ASSIS MIRANDA

## INTIMAÇÃO

Fica o Senhor Procurador da Fazenda Nacional, credenciado junto a este Conselho de Contribuintes, intimado da decisão consubstanciada no Acórdão supra, nos termos do parágrafo 2º, do artigo 44, do Regimento Interno, aprovado pela Portaria Ministerial n.º 55, de 16 de março de 1998 (D.O.U. de 17/03/98).

Brasília-DF, em 19 OUT 1998

  
EDISON PEREIRA RODRIGUES  
PRESIDENTE

Ciente em

23 OUT 1998

  
RODRIGO PEREIRA DE MELLO  
PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL